

QUATRO CIDADES REVISITADAS: RECIFE, SALVADOR, RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO NOS RELATOS DE VIAGEM DO SÉCULO XIXⁱ

Solange de Aragãoⁱⁱ

Universidade de São Paulo

Resumo

Durante o século XIX, muitos viajantes europeus vieram ao Brasil e se surpreenderam não apenas com a natureza exuberante, mas também com as características de algumas de suas cidades. Esses viajantes registraram suas impressões em diários e relatos de viagem, que apresentam detalhes desses lugares e de modos de vida peculiares aos habitantes do Brasil nesse período. Maria Graham, Robert Burford, Saint-Hilaire, Spix e Martius foram alguns desses europeus que contribuíram significativamente para o registro da paisagem urbana, e dos usos e costumes dessa época. Muitos desses viajantes estiveram no Brasil na primeira metade do século XIX, quando a cidade brasileira começava a se re-europeizar sob influência da França e da Inglaterra. Embora pretendessem uma certa imparcialidade, evidenciaram em seus textos uma crítica acentuada pela comparação com o continente europeu – que de fato correspondia ao seu repertório de imagens e lembranças. Para esses viajantes, as casas e os jardins não eram concebidos aqui segundo os preceitos da Arte como acontecia na Europa; as ruas não tinham calçamento ou iluminação de qualidade como nas cidades européias; o clima era ameno e a paisagem, pitoresca. A cidade, vista de longe, encantava por situar-se em meio à natureza; vista de perto, entretanto, era severamente criticada em seus aspectos urbanos e construtivos. Mas inevitavelmente atraía o olhar europeu – interessado no pitoresco, no anedótico, no exótico, em tudo que era diverso de seu local de origem. O objetivo deste trabalho é caracterizar quatro cidades brasileiras – Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo – por meio das descrições e análises contidas nos relatos de viagem do século XIX, enfatizando sempre esse olhar crítico em relação ao espaço urbano.

Palavras-chave: Cidade brasileira, século XIX, relatos de viagem.

Abstract

During the 19th century many European travelers came to Brazil and were astonished not only at nature itself but also at some characteristics of Brazilian cities. These travelers wrote their impressions on diaries which present details of these places, as well as of ways of life peculiar to Brazilian people by this time. Maria Graham, Robert Burford, Saint-Hilaire, Spix, and Martius were some of these European travelers who contributed significantly to register aspects of Brazilian urban landscapes, people's behavior and habit from that time. A great part of these travelers was in Brazil in the early half of the 19th century, when the Brazilian city started a process of 're-europeanization' under French and English influence. Notwithstanding their trying to be impartial, there are lots of comparisons throughout their texts between the new and the old continent – which corresponded to their repertoire of images and remembrances. To these travelers, Brazilian houses and gardens were not conceived with Art as it happened in Europe; streets were not paved and did not present a reasonable illumination system; climate was warm and landscape always picturesque. Seen from far away the Brazilian city seemed enchanting to the European eye mainly for being surrounded by nature; however, from its streets, it was heavily criticized for its urban and building aspects. In spite of this, it would ever catch the attention of European people always interested in picturesque, and exotic views, and in everything that was different from the place they came from. We aim here to characterize four Brazilian cities – Recife, Salvador, Rio de Janeiro and São Paulo – in the way they are described and analysed in traveler's writings from the 19th century, emphasizing their critical point of view concerning the urban space.

Keywords: the Brazilian city, 19th century, traveler's writings.

INTRODUÇÃO

Quando Gilberto Freyre escreveu *Sobrados e mucambos*, destacou a importância dos relatos de viagem para o estudo da casa e da sociedade brasileira do oitocentos, tornando-se assim um dos primeiros

estudiosos a reconhecer o valor histórico dessas fontes documentais. Alertou, entretanto, que era necessário distinguir os relatos bons, dignos de crédito, elaborados por viajantes como Saint-Hilaire, Maria Graham e Robert Burford, daqueles relatos parciais, que

muitas vezes expressam uma visão equivocada e fantasiosa do lugar (v. FREYRE, 2006).

Desse modo, o sociólogo indicou o caminho para vários estudiosos e pesquisadores interessados na caracterização do Brasil do século XIX. Esses relatos contêm dados morfológicos (informações sobre as cidades e sobre a forma urbana), tipológicos (na descrição das casas, das igrejas e dos edifícios públicos), dados sobre a flora e a fauna, sobre a sociedade brasileira, com seus usos e costumes, dados sobre a economia, sobre a história das cidades, extremamente significativos do ponto de vista histórico, geográfico, sociológico, arquitetônico e urbanístico. Por esta razão, configuraram o ponto de partida para a elaboração deste artigo.

Considerando-se o grande número de relatos atualmente disponíveis para consulta, foram selecionados alguns dos mencionados por Freyre em *Sobrados e mucambos*, especialmente aqueles que contêm observações e análises críticas das cidades de Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo (o recorte espacial da pesquisa). A partir da leitura e análise desses relatos, construiu-se a caracterização dessas quatro cidades no modo como se apresentaram aos viajantes do século XIX – o recorte temporal do trabalho.

Essa caracterização constituiu o objetivo principal deste trabalho, em que se procurou destacar o olhar dos viajantes sobre a cidade, sobre a casa, sobre a rua, sobre a paisagem brasileira. É preciso salientar ainda que no século XIX os viajantes tiveram um papel fundamental na análise e descrição das cidades do Brasil, uma vez que não era expressivo o número de estudiosos interessados na

composição e na problemática de nossas paisagens urbanas.

A CIDADE BRASILEIRA DO SÉCULO XIX

No Brasil, o século XIX foi marcado pela chegada da Corte ao Rio de Janeiro (1808), pela chegada da Missão Artística Francesa (1816), pela Independência (1822), pela abertura dos portos (1808) e a conseqüente entrada de produtos da Inglaterra e da França, que substituíram as mercadorias advindas da China e da Índia, por uma intensa e significativa mudança de gostos e costumes que em muito contribuiu para o processo de re-europeização do país, tantas vezes salientado por Gilberto Freyre (2006). Esse período foi marcado também pela aprovação da Lei de Terras (1850), que instituiu a propriedade privada do solo; pela abolição da escravidão (1888); pela proclamação da República (1889); pela chegada de imigrantes europeus – os trabalhadores livres que substituíram os trabalhadores compulsórios nas áreas rurais e na incipiente indústria; pela importação de novas tecnologias e pela implantação de novos meios de transporte, como as ferrovias, que modificaram o modo de vida de muitos brasileiros – no campo e na cidade.

Às mudanças de ordem política, econômica e social, corresponderam mudanças na arquitetura e no espaço urbano. Nas casas, os antigos muxarabis, as janelas de rótula, as gelosias e as varandas de madeira, acopladas à fachada principal, foram banidos pelas autoridades públicas e substituídos por vidraças importadas da Inglaterra, que possibilitaram uma aproximação visual entre os antigos moradores dos sobrados e a rua. Os tigres – os barris de madeira onde eram despejados os dejetos orgânicos dos habitantes

das casas térreas e sobrados – foram substituídos aos poucos por sistemas de esgoto. Da mesma forma a água, anteriormente transportada das fontes e chafarizes às residências urbanas pelos escravos, passaram a ser levadas às construções por meio de tubulações importadas da Europa. Os beirais da cobertura foram ocultados por platibandas, adicionando-se ainda outros elementos neoclássicos à fachada – o tradicional deu lugar às influências europeias de estilos de construção. Embora os lotes tenham permanecido por algum tempo estreitos e compridos, a forma de implantação da casa se alterou inicialmente com o estabelecimento de um recuo lateral e, posteriormente, com a criação de um recuo frontal – como demonstrou Nestor Goulart Reis Filho (1970), em *Quadro da arquitetura do Brasil*. O jardim, que tradicionalmente ficava atrás da construção, passou para a lateral do lote e, em seguida, para a frente do terreno, adquirindo um novo sentido e um novo significado – tornou-se um jardim ornamental, separado das hortas e pomares, e um elemento de valorização da arquitetura.

Nas cidades, a rua ganhou *status*:

A partir dos princípios do século XIX, a rua foi deixando de ser o escoadouro das águas servidas dos sobrados, (...) para ganhar em dignidade e em importância social. De noite, foi deixando de ser o corredor escuro que os particulares atravessavam com um escravo na frente, de lanterna na mão, para ir se iluminando a lâmpião de azeite de peixe suspenso por correntes de postes altos. Os princípios de iluminação pública. Os primeiros brilhos de dignidade da rua outrora tão subalterna que era preciso que a luz das casas particulares e dos

nichos dos santos a iluminasse pela mão dos negros escravos ou pela piedade dos devotos (FREYRE, 2006, p.32).

Em fins do século XIX, muitas construções antigas foram demolidas e substituídas por edificações ecléticas. O chalé se tornou um tipo de residência burguesa muito comum nos centros urbanos de maior importância, correspondendo à primeira casa urbana isolada das divisas do lote. Nos bairros mais ricos, ergueram-se palacetes ajardinados, com arquitetura e paisagismo à europeia.

No espaço público, o chafariz perdeu sua função com a criação dos sistemas de distribuição de água; as ruas foram arborizadas, as praças, ajardinadas, os antigos calçamentos de pedra irregular foram substituídos por paralelepípedos. A paisagem urbana se transformou em seus espaços construídos e em seus espaços livres de edificação – públicos e privados.

Quando os viajantes estiveram no Brasil, o que eles viram foi muitas vezes uma paisagem em processo de transformação, com alterações nas casas, nos edifícios públicos, nas ruas e praças, nos jardins, nos costumes e hábitos da população; a passagem de uma paisagem tradicionalmente colonial para uma paisagem urbana re-europeizada, que sob certos aspectos ainda apresentava algum orientalismo nos detalhes da arquitetura, nas cores e no vestuário, nos objetos de uso cotidiano, mas que a partir desse momento passava a ser produzida “sob a obsessão dos ‘olhos dos estrangeiros’” (FREYRE, 2006, p.554).

Cada viajante percebeu esse processo de transformação do espaço urbano de modo diferenciado. Os relatos, ou impressões de viagem, expressam também a singularidade

de cada lugar visitado e o modo como se apresentava ao olhar europeu – habituado a outros costumes, outras paisagens, outras formas de concepção do espaço. Assim, algumas cidades das atuais regiões norte, nordeste, sul, centro-oeste e sudeste do país foram perscrutadas pelo olhar inquiridor dos viajantes que ora se concentravam na bacia do Amazonas (passando por Manaus, Tefé, Cameté e outras cidades de importância no período), ora restringiam seu percurso às cidades do nordeste, principalmente Recife e Salvador (centros urbanos relevantes naquele momento), ora elaboravam roteiros que incluíam cidades de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, ou cidades situadas mais ao sul, como Pelotas, Curitiba e Porto Alegre, ou ainda cidades do centro-oeste, como Cuiabá e Goiás Velho. Alguns viajantes percorreram distâncias maiores, outros se limitaram à estada em um ou dois centros urbanos, mas os viajantes-escritores relataram tudo em seus diários, da mesma forma que os viajantes-pintores, como Thomas Ender, registraram imagens valiosas em suas telas e aquarelas, em um momento em que ainda não havia a fotografia para documentar as paisagens. É possível descobrir muito do Brasil oitocentista nesses relatos e nessas pinturas.

Junto à costa leste, três cidades fizeram parte da rota de boa parte desses viajantes – Recife, Salvador e Rio de Janeiro. Eram cidades onde os sobrados chegavam a três, quatro ou cinco pavimentos, seja pelo maior contato com a Europa, seja pelo emprego das pedras que vinham como lastro de navios, seja pelos materiais disponíveis na faixa litorânea. Essas três cidades, ao mesmo tempo em que surpreendiam com seus panoramas em meio ao verde, causavam espanto pela sujeira das

ruas e pela falta de cuidado com o espaço público. Além destas, uma cidade menor, serra acima, também fez parte de muitos roteiros de viagem, e atraiu a atenção dos viajantes pelo seu aspecto mais limpo e pela técnica empregada em suas construções. São Paulo estava no caminho de quem seguia para o Vale do Paraíba, para Minas Gerais, para Cuiabá e Goiás Velho, para Curitiba. Ao norte e ao extremo sul do país as florestas impunham dificuldades à comunicação por terra, sendo necessário chegar pelo litoral ou seguir o curso dos rios. A visita a esses lugares, de acesso mais difícil, correspondia a outras viagens, a outros relatos. As cidades que se pretende revisitar por meio de alguns relatos de viagem do século XIX são estas quatro cidades – três junto à costa leste e uma em suas proximidades: Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo.

QUATRO CIDADES REVISITADAS

Cidade litorânea, o Recife apresentou um desenvolvimento urbano significativo à época do domínio holandês. Dessa forma, quando os viajantes estiveram no Brasil nas primeiras décadas do século XIX encontraram em seu espaço urbano sobrados de quatro andares, igrejas, sinagogas, lojas, armazéns e oficinas – alguns datados do século XVII (FREYRE, 2006, p.107).

Talvez mais do que os sobrados altos, à primeira vista encantava o “vivo panorama verde, com o largo rio sinuoso através dele”, ladeado por casas ajardinadas e pelas construções brancas do Tesouro, da Casa da Moeda e dos conventos (GRAHAM, 1956, p.113).

Mas os sobrados altos com a cozinha no sótão também intrigaram os viajantes e estrangeiros, como Daniel Kidder (este, norte-

americano) e Louis Lèger Vauthier. Eram sobrados típicos de uma sociedade patriarcal e escravocrata. No térreo, ficavam os quartos dos escravos e dos hóspedes, a escada que dava acesso aos pavimentos superiores e, às vezes, uma loja na entrada; no pavimento superior, existia uma sala de recepção junto à rua e uma sala mais íntima voltada para o pátio – na área central, entre as salas, ficavam as alcovas, a escada, e um corredor; no sótão, localizava-se a cozinha, o dormitório das escravas e a varanda, onde eram feitas as refeições (v. VAUTHIER, 1975, p.37-43). A própria forma de implantação no lote, com a construção erguida no alinhamento, sem recuo frontal e sem recuos laterais, não permitia grande variação no arranjo interno, o que levou Vauthier (1975, p.37) a afirmar sobre a casa brasileira que quem viu uma casa viu todas. Esse tipo de construção, com a cozinha no sótão, só foi possível realizar-se em uma sociedade escravocrata – era o escravo que levava a água e os mantimentos para a cozinha e que retirava as águas usadas da residência, em uma época em que não havia nem água encanada, nem sistema de esgoto. Os viajantes reconheciam uma vantagem no fato de estar a cozinha localizada no ponto mais alto da casa: os cheiros, a fumaça e a gordura não incomodavam os moradores nos cômodos situados nos demais pavimentos (FLETCHER & KIDDER, 1941, p.247-9).

Caracteristicamente, o sobrado recifense foi uma construção estreita e magra. Possuía uma fachada com largura variando entre 4,5m e 5,5m, para os seus três, quatro, cinco e até seis pavimentos (VAUTHIER, 1975, p.39). Segundo Gilberto Freyre (2006, p.272) isso foi resultado das próprias características locais, com o terreno enxuto sendo disputado para a

construção das casas mais ricas. As casas mais pobres, os mucambos, ficavam na lama, na zona do mangue, nas áreas alagadiças, correspondendo a um tipo de habitação “mais vegetal”, coberto de sapé ou de folhas de palmeira. Aos antagonismos sociais correspondeu um antagonismo de qualidade de material e de zona ou de localização da casa – com os sobrados nas áreas privilegiadas do espaço urbano e o mucambo na “zona-lama, mangue, beira de riacho” (FREYRE, 2006, p.350).

Nos arredores da cidade, situavam-se as “casas de sítio”, que causavam melhor impressão aos viajantes do que os sobrados e os mucambos:

(...) Cavalgamos para fora da cidade através de algumas belas casas de campo, chamadas 'sítios', até um dos postos avançados no Mondengo, outrora residência do governador. O tamarindo, a paineira e a palmeira abrigavam-nos, e um milheiro de elegantes arbustos adornavam os muros dos jardins (GRAHAM, 1956, p.116).

Os sítios do Recife eram equivalentes às chácaras de São Paulo e do Rio de Janeiro, com as construções cercadas por jardins e por árvores de fruto. Gilberto Freyre escreveu sobre essas casas de sítio, que floresceram como casas de verão nos últimos anos do período colonial e nos primeiros da Independência, aonde os moradores mais ricos iam para descansar, sem se afastar muito dos sobrados da cidade (FREYRE, 2006, p.308). Eram casas de um pavimento, cobertas por telhados de quatro águas, com terraços “acaçapados” e áreas ajardinadas onde eram freqüentes as laranjeiras, as goiabeiras, os coqueiros e os cajueiros (FREYRE, 2006, p.308).

Maria Graham encontrou dessas casas também às margens do Capibaribe:

Pernambuco não é uma cidade murada, mas está cercada de rios largos e rápidos e vastos estuários. (...) Após cavalgar através do pântano, (...) chegamos à corrente principal do Capibaribe, profunda, larga e muito rápida; suas margens são íngremes e a água lindamente clara: as margens são guarnecidas de casas de campo, adornadas de pomares e jardins, no momento abandonadas pelos proprietários, refugiados no Recife (GRAHAM, 1956, p.125).

Como Graham observa, a paisagem do Recife do oitocentos era marcada por seus rios, além dos sobrados altos, dos mucambos e das casas ajardinadas em seus arredores. Era a conjunção dos rios e da vegetação (os elementos naturais) com as construções (ou os elementos construídos) que tornava o panorama agradável ao olhar europeu. Considerada isoladamente, em seus aspectos construtivos, a casa (mesmo o sobrado sólido) era muitas vezes criticada pelos estrangeiros. A casa e o espaço urbano, uma vez que as ruas ainda não estavam calçadas, iluminadas e arborizadas nesse momento – melhorias que se tornariam comuns apenas em meados do século XIX, à época da visita de Vauthier, e nas décadas seguintes.

Mas enquanto a paisagem do Recife era marcada pelos rios e por uma topografia mais plana, onde os altos sobrados apareciam quase alinhados no horizonte, a paisagem de Salvador era marcada por uma falha tectônica que dividia a cidade em duas: cidade baixa e cidade alta, com características urbanas peculiares.

A cidade baixa, próxima ao porto,

possuía sobrados mais altos, que chegavam a quatro ou cinco pavimentos – correspondia à área comercial de Salvador. Na cidade alta, as construções eram mais horizontais, muitas vezes isoladas no lote e cercadas por jardins, onde habitavam os comerciantes mais ricos, principalmente europeus.

A cidade baixa era caracteristicamente suja. Maria Graham chega a afirmar em relação a uma das ruas da cidade baixa de Salvador que era “sem nenhuma exceção”, o lugar mais sujo onde havia estado (GRAHAM, 1956, p.145).

Essa sujeira devia-se ao fato de ser esse espaço público “o escoadouro das águas servidas dos sobrados” (FREYRE, 2006, p.32). Atirava-se para o meio da rua o resto de comida, a água servida, o material recolhido nos tigres, a água da chuva (FREYRE, 2006, p.33). Além disso, no caso específico da cidade baixa de Salvador, caracterizada pelo comércio, eram jogados na rua restos de frutas, de legumes, de alimentos, de carne e de peixe que não serviam mais para o consumo. E o que os moradores da cidade alta jogavam pelas janelas dos sobrados seguia também para as ruas da cidade baixa. Daí a sujeira constatada com repugnância pela viajante inglesa. Kátia Mattoso (1992, p.442) observa ainda que a cidade alta era “apenas um pouco menos suja que a cidade baixa”, havendo inúmeras posturas que proibiam o lançamento de detritos e águas usadas nas ruas dessa área da capital da Bahia.

Em contraposição a isto, a cidade de Salvador era conhecida pelos seus jardins. Nas primeiras décadas do século XIX, Wetherell notou que se tornava comum o jardim ao redor das residências da cidade alta – jardim afrancesado que substituía as áreas

ajardinadas com poucas plantas, roseiras e árvores de fruto (WETHERELL *apud* FREYRE, 2006, p.254). Nestor Goulart Reis Filho chamou atenção para um “fenômeno curioso” que se processou na cidade baixa de Salvador ainda na segunda metade do século XIX, também relacionado ao jardim:

(...) Fenômeno curioso ocorreu na ladeira de São Bento, na Bahia. Ao ser calçada a via pública, foram incorporados os espaços necessários para a formação de pequenos jardins fronteiros aos velhos sobrados de frente de rua, conferindo-lhes uma aparência menos arcaica; avançaram-se os limites dos lotes por não ser possível recuar a arquitetura. Essa solução era, porém, excepcional; as velhas ruas, sempre estreitas, exigindo alargamento, não permitiam sua generalização (REIS FILHO, 1970, p.50).

Esse processo de ajardinamento do espaço urbano teve continuidade ao longo de todo o século XIX, de tal forma que nas últimas décadas do oitocentos, alguns bairros como o bairro de “Vitória”, no subúrbio de Salvador, apresentaram casas amplas, cercadas por jardins – isso já à época da difusão do ecletismo, dos palacetes e chalés erguidos à europeia, pois nas primeiras décadas do oitocentos, os jardins muitas vezes se limitaram às áreas nos fundos dos lotes, atrás das construções, especialmente na cidade baixa de Salvador. Mas de um modo geral, a paisagem da capital da Bahia vislumbrada pelos viajantes que chegavam pelo mar apresentava-se com as construções em meio à natureza, as áreas ajardinadas junto às construções, o mar ao fundo e as ruas compridas subindo e descendo ladeiras; aqui e ali, uma igreja, um largo, um pelourinho; e a

grande falha dividindo a cidade em duas.

Já a paisagem do Rio de Janeiro foi desde o início marcada pelos morros, que passaram por uma inversão na forma de ocupação. A princípio, as casas mais ricas, as igrejas e os conventos foram implantados no alto desses morros, enquanto as construções mais simples eram erguidas nas áreas mais baixas da cidade. Uma vez aterradas as áreas alagadiças, os ricos desceram os morros, apoderando-se também das áreas mais baixas do espaço urbano e comprimindo a população mais pobre (FREYRE, 2006, p.300-1).

No que diz respeito às residências urbanas, nas primeiras décadas do século XIX, havia casas térreas e sobrados de dois pavimentos no Rio de Janeiro (alguns chegando a três andares), feitos de granito ou de tijolo, com paredes revestidas de cal de marisco (FREYRE, 2006, p.306). Interiormente, possuíam sala de visita, varanda, alcovas, cozinha e estábulo (Idem, *ibid.*, p.309). Somente com a chegada da Corte esse sobrado se transforma, passando a apresentar traços da arquitetura europeia e maior variedade programática. Essa transformação da casa e da paisagem foi tão significativa que surpreendeu viajantes como Spix e Martius:

Quem chega convencido de encontrar esta parte do mundo descoberta só desde três séculos, com a natureza inteiramente rude, violenta e invicta, poder-se-ia julgar, ao menos aqui na capital do Brasil, fora dela; tanto fez a influência da civilização e cultura da velha e educada Europa para remover deste ponto da colônia os característicos da selvajaria americana, e dar-lhe cunho de civilização avançada. Língua, costumes, arquitetura e afluxo dos produtos de todas as

partes do mundo dão à praça do Rio de Janeiro aspecto europeu (SPIX & MARTIUS, 1981, p.47-8).

As alterações na arquitetura do Rio de Janeiro (como em sua paisagem urbana) acompanharam as mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais do período. Estando a cidade situada em área litorânea, rendeu-se facilmente à influência européia, sendo seu aspecto europeizado reconhecido e registrado pelos viajantes. E isto não apenas em relação à área urbana, mas também no que diz respeito à área semi-urbana. Robert Burford, que visitou a cidade em 1823, reconheceu o “conforto da Europa” nas casas circundadas por vastos jardins, situadas nos subúrbios do Rio de Janeiro (v. BURFORD, 1827, p.7).

Saint-Hilaire, por outro lado, apesar de se encantar com a paisagem dos arredores da cidade, apresenta um olhar crítico em relação a essas construções suburbanas, nas quais não observa apuro estilístico ou mesmo o requinte das habitações européias:

Nada no mundo, talvez, haja tão belo quanto os arredores do Rio de Janeiro. Durante o verão, é o céu, ali, de um azul-escuro, que no inverno suaviza para o desmaiado dos nossos mais belos dias de outono. Aqui, a vegetação nunca repousa, e em todos os meses do ano, bosques e campos estão ornados de flores.

(. . .)

As casas de campo, que se avistam em redor da cidade, não têm magnificência alguma; pouco obedecem às regras da arte, mas a originalidade de sua construção contribui para tornar a paisagem mais pitoresca (SAINT-HILAIRE, 1974, p.14).

Para o naturalista, essas casas não têm

magnificência alguma se comparadas às da Europa, tampouco seguem as regras da arte (como as construções européias), mas contribuem para tornar a paisagem mais pitoresca. Não são portanto as construções, sempre comparadas às do continente europeu, que se apresentam como “belas” ao olhar do naturalista francês, mas sim a natureza, a vegetação, o céu azul. Nisto sim o novo continente possuía alguma vantagem em relação à Europa.

Para os viajantes, visto à distância o Rio de Janeiro corresponde a uma das mais belas paisagens do Novo Continente. Às vezes o ambiente e algumas construções – como as chácaras ao redor da cidade – fazem o estrangeiro se lembrar de seu lugar de origem, por meio das análises comparativas que estabelece. Embora seu olhar seja quase sempre muito crítico em relação às construções urbanas e semi-urbanas – à altura, aos materiais, às proporções (ou à falta de proporção) especialmente da arquitetura de uso residencial –, o panorama que se vislumbra é sempre pitoresco, digno de ser retratado por artistas e poetas, porque a natureza completa o cenário; completa e valoriza no sentido estético, segundo os parâmetros europeus.

São Paulo, por sua vez, não possuía a beleza das baías do Rio de Janeiro. Situada serra acima, apresentava outros atrativos para os viajantes. De sua paisagem urbana, sabe-se que permaneceu praticamente inalterada do século XVI às primeiras décadas do século XIX. Era uma paisagem homogênea, com sobrados e casas térreas erguidos no alinhamento de lotes estreitos e compridos, onde se destacavam apenas as torres das igrejas. Entretanto, com o desenvolvimento da cultura

do café, a chegada da ferrovia, o fim da escravidão e o processo de imigração de fins do século XIX, o espaço urbano da capital paulista passa por um intenso processo de transformação.

Inicialmente, os sobrados, em geral de dois pavimentos, e as casas térreas foram construídos com a técnica da taipa de pilão – característica das construções paulistanas dos três primeiros séculos. Essa técnica construtiva atraiu a atenção de vários viajantes, sendo muitas vezes descrita em seus relatos – como fizeram Saint-Hilaire, John Mawe e Daniel Kidder.

(...) o material mais geralmente usado na construção das casas é a terra comum, ('casas de taipa') que levemente umedecida e amassada pode constituir uma sólida parede. O processo para isso é cavar no terreno vários pés de profundidade, como se se tratasse das fundações de uma casa de pedra, e depois encher os buracos com terra umedecida, que é batida de modo a ficar tão dura quanto possível. Quando as paredes se elevam acima da terra, uma armação de taboas ou pranchas é feita para dar-lhes as devidas dimensões, utilizando-se uma delas como guia, que se eleva à medida das necessidades até que tudo esteja pronto (FLETCHER & KIDDER, 1941, p.70-1).

Era aliás o emprego da taipa que limitava o número de pavimentos das edificações, pois com a terra socada construía-se no máximo um sobrado de três pavimentos – para o quê era necessário ter paredes extremamente largas no térreo. Por isso o predomínio dos sobrados de dois andares nos primeiros séculos de colonização e por isso também a paisagem tão homogênea. Construía-se naquele tempo com os materiais

disponíveis no entorno. Dadas as dificuldades de comunicação e de transporte não poderia ter sido de outra maneira. Assim, a paisagem da capital paulista apresentava-se aos viajantes com suas casas térreas e sobrados de taipa, com largos beirais nos telhados de duas águas, a proteger as paredes de terra das águas das chuvas.

Nos arredores da cidade, os viajantes descortinaram uma paisagem campestre pontuada de jardins: "(...) Talvez, além do clima ameno, a beleza natural tenha despertado no paulista o gosto pelos jardins, dos quais existem diversos, muito graciosos, perto da cidade" (SPIX & MARTIUS, 1981, p.144).

Era nas chácaras que "os paulistas mais abonados preferiam morar, guardando melhor nessa vida semi-urbana o possível sabor da rural". Nas chácaras, onde as casas térreas, caiadas de branco, eram cercadas por jabuticabeiras, limoeiros e laranjais (FREYRE, 2006, p.307).

Em São Paulo, Saint-Hilaire surpreendeu-se com as "bonitas casas espalhadas pelo campo", tendo considerado bonitas também algumas casas da cidade, avaliadas em seu aspecto construtivo: "Achei as moradas dos habitantes mais graduados de São Paulo tão bonitas por fora quanto por dentro" (SAINT-HILAIRE, 1976, p.127-8). Denominou "bonitas" também algumas das ruas da capital paulista, mas espantou-se com a má qualidade do calçamento: "(...) As mais bonitas são a Rua Direita e a Rua Antônio Luís. Algumas são pavimentadas, mas o calçamento é mal feito; outras só são calçadas defronte das casas" (Idem, *ibid.*, p.128).

De um modo geral, tratava-se "de uma cidade bonita e agradavelmente situada"

(Idem, *ibid.*, p.131). Era mais limpa que o Rio de Janeiro, que Salvador e que Recife, mas em função das chuvas constantes, que levavam embora a sujeira das ruas; era menos movimentada apesar do estabelecimento da Academia de Direito em 1828 – a maior movimentação chegaria com os imigrantes, com a ferrovia e com o desenvolvimento urbano em fins do oitocentos; era mais simples em suas construções e suas áreas ajardinadas; não possuía baías ou arrecifes para causar encanto com sua paisagem; mas seus habitantes talvez fossem mais receptivos, porque muitos viajantes amenizaram suas críticas nas descrições da São Paulo de antigamente.

Em *Sobrados e mucambos*, Gilberto Freyre (2006, p.307) estabelece uma análise comparativa entre as residências urbanas dessas quatro cidades, afirmando que em São Paulo os sobrados residenciais possuíam no geral dois pavimentos, sendo quase todos de taipa, enquanto na Bahia, no Recife e no Rio de Janeiro, foram “construídos, mais nobremente, de tijolo ou de pedra e cal de marisco”. O sociólogo assinala também que os sobrados variaram desde os primeiros séculos de colonização segundo os recursos de seus proprietários, segundo o seu maior ou menor contato com a civilização européia e conforme o caráter do solo onde foram implantados (FREYRE, 2006, p.302). Assim, a própria localização geográfica das cidades, as características do entorno e as características morfológicas do lugar influenciaram na constituição da casa e do espaço urbano durante o período colonial e mesmo nas primeiras décadas do século XIX. A paisagem do Recife foi, desse modo, caracterizada por ruas mais planas, pela existência de rios e pela

presença de sobrados estreitos e magros, alguns chegando a quatro ou cinco pavimentos – havendo descrições de sobrados recifenses de até seis andares. Salvador foi desde o início a cidade subdividida por uma grande falha, com sobrados mais altos na parte mais baixa e construções mais horizontais na parte alta; uma cidade de ruas acentuadamente inclinadas, com os edifícios escalonados na paisagem, e de muitos jardins – atrás dos muros ou ao redor das construções nas áreas distantes do porto. O Rio de Janeiro sempre foi caracterizado pela beleza de suas baías – que surpreenderam sobremaneira os viajantes do oitocentos – e pelos morros entre os quais se traçaram ruas e se ergueram construções. Em São Paulo, atraíram a atenção dos estrangeiros às chácaras ajardinadas localizadas em seus arredores e a paisagem homogênea, das casas térreas e sobrados de taipa de pilão. Cada uma dessas quatro cidades brasileiras revelou aspectos peculiares aos viajantes, evidenciando como a forma urbana varia de acordo com o lugar escolhido para implantação dos edifícios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos relatos dos viajantes que estiveram no Brasil durante o século XIX, há muita descrição de paisagens, de modos e costumes da sociedade brasileira, de cidades, de construções. Mas é sempre o “olhar europeu” – um olhar crítico em relação a tudo que fosse produzido pelo homem, e extasiado diante do verde e da natureza exuberante.

A cidade brasileira dos relatos de viagem é uma cidade de representações e de signos; um lugar de memória. É a cidade por meio do olhar europeu. É preciso sempre ter muito claro, na leitura desses textos, os aspectos que

tratam de fato da caracterização do lugar e os aspectos que sugerem ou apresentam qualquer emissão de valor. Os próprios viajantes reconhecem a parcialidade desses relatos: “Até pouco tempo atrás, todos os viajantes que procuraram descrever o Brasil eram europeus, e era unicamente com a Europa que o comparavam” (SAINT-HILAIRE, 1976, p.118). E mesmo tendo consciência do fato, não estavam isentos da adjetivação: pitoresco, vivo, belo, bonito, gracioso, agradável.

A cidade brasileira causava admiração no que se assemelhava à cidade européia; por outro lado, era duramente criticada nos aspectos em que se apresentava aquém desta, principalmente no que diz respeito à qualidade do espaço urbano e de suas construções. Todavia, em consonância com a natureza do entorno e com os jardins atrás dos muros, surgia como um panorama vivo, uma paisagem pitoresca, um lugar bonito e agradável ao olhar europeu.

O Brasil dos viajantes era, por um lado, o país das descobertas e do encantamento; por outro lado, um país cujas cidades começavam a se desenvolver de acordo com os parâmetros europeus. No que dizia respeito à natureza, tudo era novo e apreciado por sua diversidade; mas em relação à produção artística e cultural e ao espaço urbano em si, afora uma exceção ou outra, tudo parecia muito incipiente para os viajantes. Tratava-se ainda de um país em formação – e de uma paisagem que se transformava intensamente dentro e fora dos limites urbanos.

NOTAS

ⁱ Este trabalho resulta de pesquisa de pós-doutorado desenvolvida junto ao

Departamento de História da FFLCH-USP, com apoio da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

ⁱⁱ Arquiteta, urbanista, mestre e doutora pela FAU-USP, com pós-doutorado pela FFLCH-USP - Departamento de História.

E-mail: solangedearagao@hotmail.com

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURFORD, Robert. *Description of a view of St. Sebastian, and the bay of Rio de Janeiro (1823)*. London: J. and C. Adlard, 1827.

FLETCHER, James & KIDDER, Daniel. *O Brasil e os brasileiros*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941. [1857]

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. 16.ed. São Paulo: Global, 2006. [1936]

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. [1824]

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1978. [1812]

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. [1822 – resumo das viagens / 1887 – texto completo]

_____. *Viagem à província de São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo:

Edusp, 1976. [1822 – resumo das viagens / 1887 – texto completo]

SPIX, Johan von & MARTIUS, Carl von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. São Paulo: Edusp, 1981. [1824-1832]

VAUTHIER, Louis Lèger. Casas de residência no Brasil. In: *Arquitetura Civil I*. São Paulo: FAU-USP: MEC-IPHAN, 1975. [cartas escritas entre 1840 e 1846]
